



ASSOCIAÇÃO DOS  
ENGENHEIROS  
DA PETROBRÁS

FEVEREIRO DE 1993  
Nº 34

## Aos empregados da PETROBRÁS

- Quando a intransigência, a intolerância e a má-fé intrometem-se nas organizações;
- Quando as negociações entre patrões e empregados nada têm a ver com concessões mútuas, mas sim com demonstrações de autoritarismo e arrogância próximas do mandonismo;
- Quando a violência e a intimidação avassalam o diálogo necessário à solução dos conflitos;
- Quando a procrastinação na discussão das pendências é usada como forma deliberada de não dar-lhes solução;
- Quando as organizações que se julgam prejudicadas, ao invés do uso de meios legais para cessar os seus prejuízos, lançam mão de táticas e estratégias policiais;
- Quando aqueles que deveriam zelar pela imagem da Companhia — justamente no momento em que tantos buscam sua destruição — parecem mais preocupados com a manutenção do *status quo*;
- Quando tudo isto aconteceu e continua acontecendo, é imperativo que se dê um basta na irracionalidade e no faz-de-conta de uma política destruidora do ambiente de trabalho necessário à produção, à eficiência e ao cumprimento de nossa missão para com a população brasileira, cada vez mais miserável, deserdada e sem perspectivas de um futuro decente.

A imagem de nossa empresa, a maior do Brasil e da América Latina, orgulho da capacidade construtiva de nosso povo, cercada por choques de forças policiais, de carros de rádio-patrolha, de beaguins mal-encarados, como se fora uma boca-de-fumo qualquer, está a demonstrar inequivocamente a falência de suas políticas administrativas e a exigir imediatas mudanças de orientação por parte do Governo Federal.

Como esperar que gerentes que demitiram tantos sejam agora os julgadores de suas próprias ações, decidindo quem foi injustiçado e quem não o foi? Na verdade, aí estão os frutos de um impasse

político que, em nome dos problemas gerados pelo processo do "impeachment", imobilizou a construção de uma nova equipe de trabalho que guarde maior coerência com a nova política a ser seguida pelo País.

Por outro lado, não é desafiando a lei e suas posturas que um movimento — por mais justo que seja ou que julgue ser — chega ao porto em segurança. No



mínimo, seus integrantes e lideranças devem ter a sabedoria do lugar e da hora, saber quando avançar em terreno firme e quando o persistir na caminhada pode significar um salto no vazio da aventura e a perda de todo o terreno conquistado.

Lembramos aos companheiros demitidos que sua angústia, sua indignação, as privações que estão passando, junto com suas famílias, é campo fértil para a manipulação e o uso de sua luta por provocadores, carreiristas de todos os matizes, faturadores das lutas alheias. O sectarismo radical, por outro lado, nunca foi um bom conselheiro, e — menos ainda — um companheiro confiável nos momentos mais graves.

Não se vence uma discussão gritando mais alto, nem a um agressor batendo-lhe mais forte; ações que possam levar prejuízo para onde se deseja retomar não é prova de que alguém foi ali injustiçado. Pelo contrário, é fornecer o argumento que os seus inimigos desejam ardentemente: o de que essas pessoas, por comprovação desses atos, realmente foram merecedoras da punição que sofreram.

A luta pelo retorno dos demitidos deve ter por bandeira, a nosso ver, a demonstração que foram vítimas de uma política de pessoal ditada por um governo mal intencionado, desumano e corrupto, e que visava,

essencialmente, o desmonte e o sucateamento do aparelho do Estado, para melhor e mais facilmente pilhá-lo e posteriormente doá-lo à voracidade dos oligopólios privados.

A luta pelo retorno dos demitidos deve ter por argumento, a nosso ver, a demonstração da falta de critérios, de transparência e de ética administrativa no processo que foram vítimas.

A luta pelo retorno dos demitidos deve mostrar, a nosso ver, que a política da PETROBRÁS está isolada no processo de reintegração dos atingidos pelo Plano Collor, mais uma vez na contra-mão dos demais órgãos estatais.

A AEPET vem cobrando, em todas as reuniões havidas com a Presidência da Companhia — sem nenhuma exceção, desde a deflagração do problema na gestão Motta Veiga até a do atual Presidente — uma solução para a questão dos demitidos. Todos, exceto o Sr. Eduardo Teixeira, afirmaram que o assunto estava sendo encaminhado para uma solução positiva. A efemeridade dos mandatos na Diretoria da PETROBRÁS talvez explique — mas não justifica — o fato desta questão estar sem solução até hoje.

Para que seja restabelecida a justiça e o impasse afastado, propomos o retorno de todos os demitidos. A questão, no entanto, deve ainda ser atacada por um ângulo adicional: a avaliação de desempenho de todos os empregados da PETROBRÁS, inclusive a dos que serão reintegrados, deve ser feita de forma permanente, com regras claras, transparentes e objetivas, até hoje inexistentes. A transparência deverá incluir, necessariamente, a ciência ao empregado avaliado.

Os negociadores da PETROBRÁS alegam que obedecem a "ordens governamentais", algo que julgamos difícil crer, em se tratando do atual governo. É fácil culpar entes superiores pelos nossos atos; como diziam os cangaceiros: "Eu só puxo o gatilho; quem mata é Deus".

# Demitidos

## Carta ao presidente da PETROBRÁS

21/janeiro/1993

Ilmo. Sr.  
Presidente da PETROBRÁS  
Dr. Joel Mendes Rennó

Prezado Senhor,

A AEPET está preocupada com o nível do conflito instalado no EDISE, envolvendo empregados demitidos na chamada Reforma Administrativa e, mais ainda, com a perspectiva de seu agravamento. De pronto, a AEPET sugere a realização imediata de uma reunião com a presença do Presidente da Companhia, dos Superintendentes do SÉREC e SEACÉ e de representantes sindicais e dos demitidos, com o objetivo de repor o conflito em um nível de racionalidade que viabilize o encaminhamento futuro de soluções entre as partes mencionadas.

Atenciosamente,  
Diretoria da AEPET

c.c.: Diretoria da PETROBRÁS  
Superintendente de Depts. e Serviços  
Sindipetro/RJ

## AEPET vai a Ozires contra demissões

Por solicitação do deputado Fernando Sant'Anna (PCB-BA), o ministro da Indústria, Ozires Silva, reuniu-se, no último dia 26 de maio, com o presidente da AEPET, Diomedes Cesário da Silva e com os representantes dos bolistas demitidos na Petrobrás, Márcio Azevedo Santos e Cleuser Barbosa das Neves. Num encontro tenso, Ozires Silva fez questão de assinalar que só estava recebendo a AEPET porque o pedido de audiência havia sido formalizado por um parlamentar. E destacou, logo no início da reunião, que a reforma administrativa do Governo, particularmente as demissões na Companhia, deveria ser tratada com o presidente da Petrobrás. Luiz Octávio da Mota Veiga, ao invés de ser discutida no âmbito ministerial...

vistas e de não aceitarem opiniões contrárias suas. Lembrou o período em que discutiu a internacionalização da Petrobrás e acusou a AEPET de fugir ao debate sobre este assunto. O presidente da AEPET retrucou dizendo que a entidade posicionou-se publicamente sobre a questão em diversos boletins por entender que a internacionalização nunca havia sido apresentada de modo transparente ao Corpo Técnico da Petrobrás. Diomedes enfatizou que a AEPET sempre se posicionou com clareza sobre todos os temas de interesse dos empregados da Petrobrás e que ao longo do tempo teve uma série de...

Pecten pretendia investir US\$ 180 milhões e, hoje, reconhece que seriam necessários US\$ 300 milhões para explorar um reservatório de valor comercial questionável. Diomedes disse, ainda, estar chocado com as críticas que o ministro da Indústria fez à Petrobrás, já que durante o ponto na CPI que investiga a crise financeira da Companhia o ministro não mencionou em abril último a existência de muitos empregos em empresas...

## AEPET manifesta-se contra demissões junto a representantes do Governo

No mesmo dia em que foi recebido pelo ministro da Indústria, Ozires Silva, o presidente da AEPET reuniu-se também com os chefes de Gabinete das Secretarias de Ciência e Tecnologia, Edson Machado, e de Administração, Pedro Maranhão. No primeiro encontro Diomedes foi acompanhado pelos bolistas Márcio Azevedo Santos e Cleuser Barbosa das Neves que, juntos, advertiram sobre o risco de a reforma administrativa do Governo afetar o desenvolvimento tecnológico da Petrobrás. Edson Machado recebeu os últimos boletins da AEPET e disse que os investimentos destinados ao aperfeiçoamento do corpo técnico da Petrobrás preocupam bastante a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Na reunião...

representantes da AEPET sustentaram que se o objetivo do Governo é reduzir os custos das empresas públicas, o mais lógico seria desmontar a Petrobrás, por exemplo, para que a Companhia pudesse perseguir melhores resultados. Diomedes sustentou que a Petrobrás precisa de liberdade para tomar decisões sem ser pressionada por números e prazos a serem cumpridos com a demissão de seus empregados. Acrescentou que a AEPET sempre preocupou-se com a eficiência da Petrobrás e criou as palestras promovidas pela entidade com representantes de empresas do setor. Em 1988, a Petrobrás recebeu o prêmio da Rhodia, IBM e...

## AEPET entra na Justiça contra demissões

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no último dia seis de julho os associados da AEPET autorizaram a entidade a tomar as providências jurídicas necessárias para defender os interesses dos empregados de alocados. A AGE aprovou, por unanimidade, a decisão de alocados, pela AEPET, de medidas judiciais contra as demissões motivadas e quando, inc. XXI, da Constituição Federal. A convocação de uma Assembléia Geral Extraordinária pela AEPET foi feita após o pedido de mandato de segurança impetrado pela entidade contra as demissões na Petrobrás. A AEPET, após a aprovação pelo Conselho Deliberativo, decidiu ajuizar o pedido de medida cautelar de suspensão de qualquer ato de execução das demissões até que sejam tomadas as providências necessárias. A diretoria da entidade providenciou a contratação de advogados e já tomou a decisão de ajuizar o pedido de mandato de segurança impetrado para os empregados da Petrobrás. Ao contrário, o mandato de segurança de justiça, no entender dos advogados, só reforçaria a defesa dos direitos dos trabalhadores.

Boletim AEPET de 1990

## Outras Cartas

Ao Exm. Sr. Ministro das Minas e Energia Dr. Paulino Cícero de Vasconcellos 8 de janeiro de 1993  
Como é de conhecimento público, um grupo de ex-empregados da PETROBRÁS, demitidos durante a chamada reforma administrativa do Governo anterior (meados de 1990), está, desde 16/12/92, acampado no saguão do Edifício-Sede da companhia, em vigília pela reintegração aos quadros funcionais. O grupo assim constituído é meramente simbólico (cerca de 30 pessoas) e representa um universo de aproximadamente 900 demitidos naquela oportunidade. Preocupa-nos sobremaneira a situação destas pessoas, tanto pelas óbvias dificuldades que, juntamente com suas famílias, estão atravessando, como também porque, sendo em sua maioria profissionais especializados na área petrolífera, só podem recorrer a mercado de trabalho restrito por natureza. Ademais, são inúmeras as ações judiciais pela reintegração, em curso há quase três anos, existindo, inclusive, em grande parte dos casos, decisões em nível de segunda instância favoráveis à reintegração, sobrestadas pelos sucessivos recursos apresentados pela PETROBRÁS. Parece claro que uma situação tão angustiante demanda urgente remédio, tendo

em vista que uma decisão final da Justiça pode não ocorrer a tempo de beneficiar todos os interessados, dos quais 12 já faleceram, vítimas de desgaste emocional, registrando-se três casos de suicídio no Rio de Janeiro. Segundo fomos informados, o Exm. Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, pronunciou-se recentemente sobre o assunto, tendo remetido diretamente a V. Ex.ª cópia do processo judicial, por intermédio do ofício PGR/GAB/Nº 1166, de 30/12/92. O novo Governo que acaba de assumir em caráter efetivo vem demonstrando seguidamente seu interesse em atacar o problema social e, por isso, temos a certeza de que não estará insensível ao apelo, que ora formulamos, no sentido de reexaminar demissões sumárias, feitas em período que a sociedade brasileira acaba de repudiar, e de dar um fim às incertezas que angustiam centenas de famílias petroleiras. Agradecendo as providências que V. Ex.ª puder determinar sobre o assunto, renovamos nossos protestos de elevada consideração. Cordialmente,  
Barbosa Lima Sobrinho

Ao Exm. Dr. Aureliano Chaves 8 de janeiro de 1993  
Prezado Senhor,  
Com a presente, encaminhamos a V. Ex.ª cópia da carta que, nesta data, estamos endereçando ao Exm. Sr. Ministro das Minas e Energia, Dr. PAULINO CÍCERO DE VASCONCELLOS, sobre a situação dos empregados da PETROBRÁS demitidos por ocasião da reforma administrativa do Governo anterior. Considerando que V. Ex.ª tem pautado sua vida de homem público pela defesa permanente do monopólio estatal do petróleo e da PETROBRÁS, empresa a que está histórica e afetivamente ligado, inclusive por sua atuação no processo de reintegração de empregados punidos pelo AI-5, tomamos a iniciativa de trazer o assunto ao seu conhecimento. Em face da gravidade da situação, que comporta risco de confronto entre as partes envolvidas, apelamos para o conhecido espírito público de V. Ex.ª, no sentido de interferir, no que for possível, para que seja alcançada uma solução urgente e conciliatória para o problema. Agradecendo sua atenção e renovando nossos protestos de elevada consideração, subscrevemo-nos,  
Cordialmente,  
Barbosa Lima Sobrinho